

Folha de S. Paulo – 19/09/2010

Infraestrutura é área que tende a sofrer mais com modificações

DE SÃO PAULO

Considerada carente de investimentos, é a infraestrutura a principal área a ser prejudicada pelo esvaziamento das agências reguladoras.

"Este governo não entendeu o papel das agências, que não deve ser político. Deve ser técnico para manter o equilíbrio entre concessionários, governo e consumidores", diz José Mascarenhas, do Conselho de Infraestrutura da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

A principal consequência do que ele chama de "deformação do conceito" é a criação de um ambiente de insegurança para investimentos.

Claudio Sales, presidente do **Instituto Acende Brasil**, "think tank" da área de energia, afirma que "decisões políticas que beneficiam os consumidores no curto prazo acabam comprometendo investimento mais à frente".

Ele critica o fato de a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) permitir a participação de políticos em reuniões para definir tarifas de energia -que, em última instância, financiam os novos investimentos.

Em agosto, após "sustentação oral" do deputado federal **Ciro Nogueira** (PP-PI) registrada em ata da Aneel, foi fixado um valor bem menor do que o inicialmente previsto para reajustar as tarifas da Cepisa (Companhia Energética do Piauí).

O fato foi depois usado politicamente por Nogueira em seu Estado.

Para o ex-presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e atual presidente da Sabesp, **Gesner Oliveira**, a ação do governo tem sido "sistemática, desde 2003, no sentido de enfraquecer as agências".

"Trata-se de uma intervenção branca. Sem autonomia financeira e com recursos contingenciados, elas se tornam "xerifes" sem armas."

Oliveira, ligado ao PSDB, se diz particularmente preocupado com a falta de qualificação técnica dos diretores e com a demora no preenchimento de suas vagas.

Nos últimos anos, a ANTT ficou sem três de seus cinco diretores por 22 meses. A Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), sem nenhum diretor por cinco meses em 2006.

A ANA (Agência Nacional de Águas), sem três dos cinco diretores entre parte de 2003 e 2004. Houve ainda grandes intervalos de vacância na Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e na ANP.

Para **José Ribamar Dias**, consultor da área de transportes e ex-vice-presidente da ANUT (Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga), "o governo Lula sempre deu a entender que não estava confortável com as agências".

"Na prática, querem que elas sejam entidades do governo, e não de Estado", afirma **Ribamar Dias**.